



**PARECER PRÉVIO Nº 19/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10902/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Caapiranga.
- 4- **Responsável:** Zilmar Almeida de Sales (Prefeito Municipal)
- 5- **Exercício:** 2014.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6369/2018-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Caapiranga. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Caapiranga, na competência atribuída pelo art. 11, inc. II, da Resolução nº 04, de 23.05.2002, referente ao exercício de 2014, Gestão do **Sr. Zilmar Almeida de Sales** Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Determinar** que a Câmara Municipal de Caapiranga julgue as contas do exercício de 2014 da Prefeitura Municipal no prazo disposto no art. 127, §§5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, de acordo com o Voto-Destaque do Conselheiro **Érico Xavier Desterro e Silva**,



**PARECER PRÉVIO Nº 19/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

o qual foi acolhido em sessão pelo Conselheiro-Relator **Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior**.

- 11- **Ata:** 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 28 de Maio de 2019
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador, em Substituição

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Redator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador, em Substituição



**ACÓRDÃO Nº 19/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10902/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Caapiranga
- 4- **Responsável:** Zilmar Almeida de Sales (Ordenador de Despesa)
- 5- **Exercício:** 2014
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6369/2018-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Caapiranga. Exercício de 2014.

Irregularidade. Revelia. Alcance. Multa.  
Recomendação. Determinação.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Caapiranga, referente ao exercício de 2014, tendo como responsável o **Sr. Zilmar Almeida de Sales** Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alínea “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas apontadas na fundamentação deste Voto;
- 10.2. **Considerar revel** o **Sr. Zilmar Almeida de Sales** Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, por não apresentar razões de defesa no prazo regimental, deixando de atender à Notificação nº 001/2015-CI/DICOP;



**ACÓRDÃO Nº 19/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. Zilmar Almeida de Sales**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 3.180.780,02**, nos termos do art. 304, inciso III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pela diferença detectada por ocasião da análise da conciliação bancária/extratos bancários, Termo de Conferência de Caixa e balanço financeiro do exercício, apresentados na prestação de contas, **item 8**, da fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Caapiranga. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias aos cofres municipais, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.4. Considerar em Alcance o Sr. Zilmar Almeida de Sales**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 12.694.411,89**, nos termos do art. 304, inciso III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão da ausência de documentação que comprove que os valores de “créditos a receber”, do exercício de 2013, foram devidamente inscritos na Dívida Ativa do Município, no exercício de 2014, **item 10**, da fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Caapiranga. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias aos cofres municipais, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.5. Considerar em Alcance o Sr. Zilmar Almeida de Sales**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 6.200,00**, nos termos do art. 304, inciso III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelo montante pago sem devida comprovação, **item 29**, da fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Caapiranga. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias aos cofres municipais, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.6. Considerar em Alcance o Sr. Zilmar Almeida de Sales**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 24.111,38**, nos termos do art. 304, inciso III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelo pagamento de multas e juros com o atraso do INSS, **item 31**, da fundamentação do



**ACÓRDÃO Nº 19/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Caapiranga. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias aos cofres municipais, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.7. Considerar em Alcance o Sr. Zilmar Almeida de Sales**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 5.686.750,75**, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **item 34.1**, da fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Caapiranga. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias aos cofres municipais, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.8. Considerar em Alcance o Sr. Zilmar Almeida de Sales**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 2.152.217,65**, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **item 34.2**, da fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Caapiranga. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias aos cofres municipais, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.9. Considerar em Alcance o Sr. Zilmar Almeida de Sales**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 894.757,65**, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pela não comprovação da execução dos serviços de engenharia, **itens 48, 56, 64, 80, 98, 106, 120, 124, 130, 146 e 174**, da fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Caapiranga. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias aos cofres municipais, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.10. Aplicar Multa ao Sr. Zilmar Almeida de Sales**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 1.706,80**, conforme art. 308, inciso I, “b”,



**ACÓRDÃO Nº 19/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM **pelo bimestre (6º bimestre) em que foi entregue com atraso** o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, constante no **item 16**, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.11. Aplicar Multa ao Sr. Zilmar Almeida de Sales**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 1.706,80**, conforme art. 308, inciso I, "c", da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM por cada semestre (**1º e 2º semestres**) **em que foi entregue com atraso** o Relatório de Gestão Fiscal, perfazendo o montante de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), constante no **item 17**, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.12. Aplicar Multa ao Sr. Zilmar Almeida de Sales**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 68.271,96**, pelos casos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, pelas impropriedades constantes nos itens 5, 6, 7, 9, 11, 12, 14, 15, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34.3, 35, 36, 37 a





**ACÓRDÃO Nº 19/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

47, 49 a 55, 57 a 63, 65 a 79, 81 a 97, 99 a 105, 107 a 119, 121 a 123, 125 a 129, 131 a 145 e 147 a 173, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.13. Aplicar Multa ao Sr. Zilmar Almeida de Sales**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 34.135,98**, conforme os termos do art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, por atos de gestão ilegítimo e antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, **itens 8, 10, 29, 31, 34.1, 34.2, 48, 56, 64, 80, 98, 106, 120, 124, 130, 146 e 174**, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.14. Recomendar** à próxima Comissão de Inspeção da Prefeitura Municipal de Caapiranga que verifique o cumprimento das providências listadas pelo gestor, **item 13**, da fundamentação do Voto;

- 10.15. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Caapiranga para, doravante, faça a adequação de seu orçamento às metas pré-estabelecidas nos normativos legais, obedecendo ao Princípio da Eficiência, **item 18**, da fundamentação do Voto;



**ACÓRDÃO Nº 19/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.16. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Caapiranga para que faça uso dos modelos de documentos definidos nas Resoluções nº 11/2012 e 27/2013, **item 21**, da fundamentação do Voto;
- 10.17. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Caapiranga que adote as medidas para implantação de um Sistema de Controle de Combustíveis, **itens 23 e 24**, da fundamentação do Voto;
- 10.18. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Caapiranga que providencie a imediata regularização dos pagamentos de Função Gratificada, atentando para os ditames das Leis Municipais n.ºs. 05/1997 e 09/2008, **item 26**, da fundamentação do Voto;
- 10.19. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Caapiranga para que, nos termos do art. 1º, inciso XII, da Lei 2.423/96 (LOTCE/AM) c/c art. 5º, inciso XII, da Resolução nº 004/2002 (RITCE/AM), adote as providências necessárias para a substituição dos contratados decorrentes dos Processos Licitatórios nº DL007-2014, IL005-2014 e PR012-2014 por servidores, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição da República c/c art. 109, inciso II, da Constituição Estadual do Amazonas e art. 87, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caapiranga, bem como, que o órgão de controle interno elabore manual de procedimentos (rotinas) de Controle Interno a fim de diminuir os riscos e irregularidades e que contribua para que os objetivos gerais do órgão sejam alcançados, nos termos do art. 43, incisos II e IV, da Lei 2.423/96 (LOTCE/AM), **item 34.1**, da fundamentação do Voto;
- 10.20. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Caapiranga que o órgão de controle interno elabore manual de procedimentos (rotinas) de Controle Interno a fim de diminuir os riscos e irregularidades e que contribua para que os objetivos gerais do órgão sejam alcançados, nos termos do art. 43, incisos II e IV, da Lei 2.423/96 (LOTCE/AM), **item 34.2**, da fundamentação do Voto;
- 10.21. Determinar** o encaminhamento ao Ministério Público do Estadual, nos termos do art. 190, inciso III, alínea b da Resolução nº 04/2002-RI-TCE, para que possa tomar as medidas que considerar cabíveis, quanto aos **itens 34.1 e 34.2**, da fundamentação do Voto;





**ACÓRDÃO Nº 19/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 11- Ata:** 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
**12- Data da Sessão:** 28 de Maio de 2019  
**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.  
**14- Representante do Ministério Público:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador, em Substituição

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Redator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador, em Substituição